Abertura: Pensar o hoje e o amanhã. Sobre o futuro da Universidade

Rui Vieira de Castro
Reitor da Universidade do Minho

1.

Há um risco associado aos momentos comemorativos de instituições que é o de se traduzirem em exercícios de mitificação, que apaguem a sua natureza radicalmente histórica, a sua inscrição em circunstâncias que são movентes, o facto de serem resultado de dinâmicas sociopolíticas muitas vezes conflituantes, de, em cada momento do seu transcurso temporal, a sua configuração resultar da prevalência de modos específicos de entender, nas práticas organizacionais, a sua missão e os seus objetivos.

Práticas celebratórias acríticas podem ter um efeito momentâneo de reforço de sentidos de comunidade, este um efeito quase sempre associado a momentos comemorativos; mas da ausência de julgamento crítico decorrerá sempre uma leitura inadequada da história, uma avaliação insuficiente do presente e, sobretudo, a neutralização ou, pelo menos, o diferimento de um necessário exercício sobre os caminhos a percorrer no futuro.

A celebração dos 50 anos da Universidade do Minho vem suscitando olhares retrospetivos, de balanço analítico sobre o percurso realizado, ou de reflexão crítica sobre as atuais circunstâncias internas e externas da Instituição.

Mas este é um momento que requer também um olhar prospetivo, que antecipe e projete futuros, sendo este um exercício de risco porque a conceção de um "não lugar", que um futuro "imaginado" implica, potencia a dissociação entre aquilo que é concretizável e aquilo a que se aspira.

Ainda assim, nós, humanos, insistimos uma e outra vez na resposta a este desafio de prevermos o futuro, dando largas à nossa curiosidade sobre o que

pode ser aquilo que ainda desconhecemos, nas suas diversas possibilidades, porventura na expectativa de o regularmos.

Fazemo-lo individualmente, em função de princípios, valores, experiências e aspirações próprias. Fazemo-lo também em coletivos, nas organizações e nas instituições, na sociedade, através da projeção de visões sobre o futuro assentes na busca ou na construção de comunalidades.

Numa e noutra destas circunstâncias, somos informados e formados por sistemas de leitura ou de representação, do passado e do presente, eles próprios em contínuo devir, que fundamentam leituras do futuro, com origem nos diversos domínios do pensamento – nas ciências sociais e nas humanidades, nas ciências exatas e da natureza, na filosofia e na ética, nas artes, na religião, na política.

Na cultura ocidental, sobretudo aquela que se exprime em obras literárias, nas artes performativas, nas artes audiovisuais e em certo tipo de ensaísmo, encontramos representações de futuros que dão corpo às aspirações e aos receios, às esperanças e aos desencantos das sociedades em relação ao seu porvir. Visões distópicas, traçando cenários de colapso social ou ambiental, visões utópicas, apresentando mundos idealizados, harmónicos, justos, igualitários e moral e socialmente desenvolvidos, a partir de uma interpretação, mesmo que implícita, do presente e da idealização de um futuro, confrontam-nos com os nossos desejos mais luminosos e os nossos fantasmas mais sombrios.

Com um foco mais limitado seja no plano temporal, seja na esfera social ou mesmo institucional, os exercícios de prospetiva são comuns, ancorando-se numa análise sincrónica de factos, na identificação de tendências, sejam elas económicas, sociais, culturais ou políticas, para, a partir delas, estabelecer e caraterizar possíveis futuros e as mudanças que os configurarão, a partir do papel dos sujeitos e das estruturas que os enquadram.

2.

No caso de instituições como a Universidade, prefigurar o futuro não deixa ainda de ser uma idealização de expectativas, coletivas e, por isso, sincréticas, muitas vezes em contraposição com um presente que reconhecemos como insatisfatório, suscetível de ser positivamente transformado. A esta tarefa não deixa de aparecer associado o desejo, muitas vezes vão, de moldar o futuro, de o dominar, de modo, também, a oferecer-nos um adicional de segurança num mundo que hoje se nos apresenta como particularmente inseguro, instável e imprevisível.

O que a ideia de futuro tem, no entanto, de curioso é o facto de que, tal como acontece quando nos deslocamos em direção a um horizonte que parece

encontrar-se "à nossa mão" e sempre de nós se afasta, nunca desistimos de o procurar, de o imaginar, de o pensar.

Fazemo-lo para estarmos mais preparados para o inesperado, para decidirmos os caminhos que queremos percorrer, para tomarmos as opções que, do nosso ponto de vista, melhor se adequam à concretização dos nossos objetivos e ao aproveitamento de oportunidades que nos possam surgir.

Apesar da sua natureza de instituição "constante" nos últimos mil anos, a Universidade, num percurso que é de luzes e sombras, sofreu grandes metamorfoses, que a modificaram nos seus fins e nos seus objetivos, nas suas formas de organização, nos seus âmbitos de atuação, nas suas relações com o contexto. Hoje são particularmente complexos os desafios que a Universidade tem pela frente; como são de grande magnitude as mudanças aceleradas que o seu entorno vai conhecendo. Pensar o futuro da Universidade requer, antes de tudo, que se considere as profundas mudanças em curso nas sociedades contemporâneas, nos planos geopolítico, social, económico, ambiental e tecnológico.

Este contexto de mudança multinível em que as instituições hoje desenvolvem a sua atividade é particularmente desafiante porque afeta os modos de organização e funcionamento das universidades e tem impactos na concretização dos seus eixos de missão, da educação à investigação e à interação com a sociedade.

O reconhecimento das tensões e das tendências, das oportunidades e dos desafios que atravessam as nossas sociedades, é essencial para garantir que as universidades prossigam a sua missão, definindo políticas institucionais e estratégias adequadas à manutenção da sua relevância científica, educativa, social, cultural e económica, e que garantam também a sua sustentabilidade.

Pensar o futuro da universidade aconselha a considerar um conjunto de transformações em curso nas nossas sociedades, entre as quais:

- a menor disponibilidade dos orçamentos dos Estados para prover os recursos financeiros necessários para assegurar o funcionamento das instituições, aos níveis dos recursos humano, das infraestruturas pedagógica e tecnológica e da infraestrutura física, sendo que, entretanto, os seus custos de funcionamento tendem a aumentar significativamente;
- as alterações na procura de que as instituições são objeto, em resultado da atual taxa de cobertura dos jovens com idade para se candidatarem ao ensino superior, da curva negativa da demografia e da chegada à Universidade de novos públicos, que realizaram diferentes percursos formativos, designadamente pessoas com percursos não canónicos e que podem ver reconhecida a sua formação e experiência profissionais, ou pessoas que regressam à

Universidade em busca de aumentar ou reorientar os seus conhecimentos, capacidades e competências;

- a permanência de fenómenos de exclusão, que têm de ser combatidos, traduzidos na sub-representação no ensino superior de estudantes oriundos de estratos sociais mais desfavorecidos ou de grupos socialmente minoritários;
- a alteração das relações com o mercado de trabalho, com o acentuar da tendência por parte de quem a procura, da sociedade e dos governos que requerem às instituições de educação superior que criem as condições que assegurem uma integração bem sucedida dos seus graduados no mercado de trabalho, factos que vão tendo necessariamente impacto na conceção e no desenvolvimento dos programas de educação, colocando em risco alguns deles, e nas formas de relação das instituições com o seu contexto, designadamente com as entidades empregadoras;
- a transformação tecnológica que estamos a atravessar, com profundos impactos no modo como nos relacionamos uns com os outros, nos modos como trabalhamos, mas também como ocupamos o nosso tempo de lazer, nas características das práticas culturais em que nos envolvemos e dos objetos que fruímos;
- a existência de ameaças à liberdade académica, de ensinar e de investigar, muitas vezes associadas a movimentos ideológicos, também com expressão dentro das universidades, ou a grupos de interesses económicos e políticos que de diferentes modos procuram capturar as universidades;
- o aparecimento de ameaças à legitimidade do conhecimento científico, com a desvalorização dos contributos da ciência para a resolução dos problemas que afetam as nossas sociedade, com aumento de práticas negacionistas, tendências que as más práticas científicas contribuem para reforçar;
- o surgimento de organizações educativas e plataformas digitais que concorrem diretamente com as universidades, oferecendo, particularmente em certas áreas, percursos formativos mais flexíveis, muito focados no desenvolvimento de saberes especializados muito diretamente em linha com as necessidades de certos setores da economia, designadamente no domínio das tecnologias da informação e da comunicação;
- o impacto que hoje têm as alterações climáticas, traduzido no requerimento às universidades para que intervenham no processo de transição climática adotando e promovendo práticas sustentáveis.

3.

As universidades têm, mesmo no quadro das profundas transições que marcam o nosso tempo, um papel fulcral, ainda que a sua missão tenha as naturais reconfigurações decorrentes das alterações civilizacionais.

3.1. As universidades manterão um papel crucial na educação superior das pessoas; continuarão a ter centralidade no alargamento das fronteiras do conhecimento humano, em todas as áreas em que ele se exprime; caber-lhes-á atuar como promotores do desenvolvimento cultural, social e económico das pessoas, dos territórios e dos países. A articulação entre estes eixos de missão e as condições em que ela se desenrolará, tal como a conseguimos antecipar, requer, no entanto, que se equacionem os caminhos que se nos apresentam ou aqueles que queremos construir.

A transformação social, económica e cultural particularmente rápida que atravessamos, que tem como um dos seus efeitos a recomposição dos públicos que procuram o ensino superior, com um foco cada vez mais acentuado na educação ao longo da vida, assegurando-se condições para um retorno reiterado dos cidadãos à universidade, vai requerer às instituições uma redefinição do seu projeto educativo.

No plano dos fins e dos objetivos educativos, dos currículos e das metodologias, bem como das infraestruturas físicas e tecnológicas que suportam o trabalho pedagógico, são inevitáveis mudanças decorrentes, por exemplo, de novos mandatos atribuídos e/ou assumidos pelas instituições, de novos perfis de estudantes, da generalização de novas formas de acesso ao conhecimento académico.

A diversificação dos públicos que procurarão as instituições, efeito, por um lado, do alargamento do acesso, e, por outro lado, da internacionalização da educação superior, requererá especial atenção ao acompanhamento dos percursos académicos, envolvendo a consolidação de estruturas próprias de apoio, tendendo-se para uma educação progressivamente mais personalizada; as práticas de inclusão tornar-se-ão preocupação central das políticas institucionais, assentes no princípio de que o ensino superior, ao assumir-se como um sistema aberto, deverá atender a especificidades dos sujeitos, o que não significa abdicar de um projeto educacional específico; o papel que as tecnologias informáticas terão na estruturação dos processos de ensino e aprendizagem, com as plataformas digitais a assumirem um cada vez mais relevante papel, promoverão a coexistência de regimes de educação presencial e à distância; em consequência, impor-se-á uma contínua atenção à inovação e à qualificação pedagógica dos docentes.

Todas estas transformações não devem, porém, colocar em causa o objetivo maior da Universidade que é o de prover uma "educação superior" dos seus estudantes, que será integral ou não o será, operando nos planos técnico e científico, obviamente, mas também nos planos cultural e ético.

3.2. A produção de conhecimento científico hoje feita pela Universidade portuguesa, como ocorre no sistema científico global, é regulada não apenas pelo desenvolvimento associado à organização e ao funcionamento próprios dos campos científicos, mas também, cada vez mais, pelas solicitações que lhe são feitas, a partir da sociedade, da economia e do sistema político, porque ela é cada vez mais encarada como "fator primordial de desenvolvimento".

Esta nova realidade tem inevitável expressão no financiamento da atividade de investigação, que é um fator poderosíssimo no desenho do sistema e dos campos científicos, e vem induzindo particular atenção das instituições de ensino superior às atividades de investigação mais capazes de ter impactos diretos e objetiváveis na sociedade e na economia, e também com maior retorno financeiro.

Em decorrência, existe o efetivo risco da desvalorização de campos e áreas científicas com menor possibilidade de assegurarem o referido retorno, mas fundamentais para assegurarem a produção de conhecimento novo em áreas essenciais para a compreensão do humano e dos seus contextos. Nestas circunstâncias, o futuro não pode deixar de passar pela defesa e pelo reforço do projeto científico plural da Universidade.

A natureza dos desafios que presentemente se colocam às comunidades científicas, pela sua complexidade, exigirá, cada vez mais, respostas também elas complexas, requerendo da parte das instituições universitárias o reforço das colaborações interdisciplinares que, no entanto, não poderão ignorar a natureza predominantemente disciplinar dos modos de geração e organização do conhecimento, em larga medida, a base do progresso científico.

Assistiremos à consolidação de modos relativamente recentes de disponibilização e circulação do conhecimento científico, com a publicação digital a tornar-se o seu modo "normal". Importa assegurar, entretanto, que esta prática não se consolide como forma sofisticada de mercadorização do conhecimento científico, na sua captura por interesses privados, do que é, como acontece em Portugal, resultado sobretudo de investimento do Estado. As práticas da "ciência aberta" tornar-se-ão, a este propósito, um campo fundamental de defesa do conhecimento científico como bem público.

A avaliação das carreiras e da atividade de investigação conhecerá novos contornos, com os movimentos de reforma da avaliação a ganharem progressiva relevância, colocando em crise a avaliação baseada em métricas, cujas limitações e efeitos perversos vêm sendo colocados em evidência, desde logo por associações científicas e redes de universidades, e que vêm ganhando expressão nas formulações políticas institucionais, nacionais e europeias.

4.

Entretanto, as instituições de ensino superior vão encontrar-se num quadro de relações com os contextos social, económico e cultural que se tornará cada vez mais exigente para a especificidade do projeto universitário.

A universidade do futuro assistirá à intensificação das relações internacionais, aprofundando-se a colaboração entre instituições no desenvolvimento de oferta educativa em associação ou na realização conjunta de projetos científicos. Este movimento, caracteristicamente cosmopolita, há de ser reforçado pela procura de respostas partilhadas a problemas societais que transcendem as fronteiras entre países, de que a "dupla transição", digital e energética, é um bom exemplo, e que carecem de respostas globais para as quais as universidades poderão dar inestimáveis contributos.

Este movimento, para se tornar consequente, deverá ser capaz de gerir adequadamente as tensões entre o local e global, assegurando uma ação que seja relevante nos diversos níveis contextuais. A Universidade do futuro será nas suas formas de funcionamento marcada pelos efeitos da transição digital que hoje experienciamos; a intensificação tecnológica permeará todas as dimensões da atividade institucional, estruturando novos quadros de relação laboral, formas de intersubjetividade diferentes das que hoje conhecemos, interpelando também modelos de funcionamento e decisão colegial.

A crise do modelo da universidade como torre de marfim, dotada de um elevado grau de independência face aos seus contextos, foi encontrando contraponto em visões que, na sua versão mais radical, a chegam a perspetivar como instituição reativa a solicitações externas, mais do que interatuante com os seus contextos.

Nesta circunstância, na procura da especificidade do seu projeto, não pode a Universidade deixar de assumir a sua autonomia como desígnio essencial. Uma autonomia que tem de ser construída sobre um conjunto nuclear de valores capazes de estruturar contributos para um mundo melhor, propiciador de percursos de vida mais felizes: a justiça, a igualdade, a solidariedade, a liberdade,

a participação democrática, a responsabilidade, a integridade, a dignidade da pessoa humana.

Convocando Jorge de Sena, direi não sabermos que futuro será o nosso; mas "é possível, tudo é possível, que ele seja aquele que [desejamos] para [nós]". Para que tal possibilidade se concretize é essencial a reflexão sobre o mundo que nos coube viver, nas suas múltiplas declinações, também institucionais, tal como é fundamental projetarmos coletivamente o futuro, buscando os lugares de evidência e de convergência, sempre possíveis.